

A RACIONALIDADE DA URBANIZAÇÃO TURÍSTICA EM ÁREAS DEPRIMIDAS: o espaço produzido para o visitante

Prof^a Dr^a Maria Aparecida Pontes da Fonseca
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
mariapontes@cchla.ufrn.br

Prof. Dr. Ademir Araújo da Costa
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ademir@ufrnet.br

RESUMO

O crescimento da atividade turística tem provocado a refuncionalização de muitas áreas e imprimido novas formas-conteúdos aos destinos turísticos. A compreensão da racionalidade manifestada nesses novos espaços, cuja produção é induzida pela atividade turística, constitui um desafio para os estudiosos preocupados em compreender a redefinição da dinâmica sócioespacial emergente no contexto da acumulação flexível. Qual a racionalidade manifestada no espaço urbano produzido para desempenhar a função turística em áreas periféricas? Esse questionamento nos remete a uma hipótese inicial, na qual consideramos que, em muitas áreas deprimidas, a necessidade de inserção mais rápida e efetiva no mercado global através da atividade turística tem levado os agentes produtores dos espaços turísticos a privilegiarem o visitante, o turista, em detrimento do residente. Assim, ao analisar um caso particular, o espaço turístico natalense, o objetivo desse artigo é mostrar como a racionalidade que permeia a distribuição dos objetos e as ações dos principais agentes produtores desse espaço imprime uma nova lógica ao espaço produzido para fins turísticos. Os procedimentos metodológicos efetuados são: pesquisa bibliográfica sobre a produção do espaço turístico na área objeto da investigação, levantamento de dados em órgãos públicos e análise empírica.

Palavras chave: Urbanização, Turismo, Agentes Produtores do Espaço, Natal/RN, Áreas Periféricas.

ABSTRACT

The growth of the tourist activity has provoked the refuncionalization of many areas and implanted new content-forms to the tourist destinations. The understanding of the rationality revealed in these new spaces, whose production is induced by tourist activity, it constitutes a challenge for the scholars worried in understanding the redefinition of the emergent sociospatial dynamics in the context of the flexible accumulation. Which the rationality revealed in the urban space produced to play the tourist function in peripheral areas? That questioning take us to an initial hypothesis in which we consider that in many depressed areas, the necessity of faster and effective insertion in the global market through the tourist activity have taken the producing agents of the tourist spaces to privilege the visitor, the tourist, in detriment of the resident. Thus, when analyzing a particular case such as the tourist Natal space, the aim of this article is to show as the rationality that permeate the object distribution and the actions of the main producing agents of this space implant a new logic to the produced space for tourist ends. The effected methodological procedures are: bibliographical research on the production of the tourist space in the area object of the survey, data collecting in public agencies and empirical analysis.

Key words: Urbanization, Tourism, Producing Agents of the Space, Natal/RN, Peripheral Areas.

Introdução

É bastante comum encontrarmos na literatura que discute o fenômeno turístico referências à necessidade de se produzir um espaço turístico que primeiro seja bom para o residente e depois para o turista. Argumenta-se que se o espaço é bom para o residente, também o será para o visitante.

Porém, considerando-se a magnitude dos problemas encontrados nos espaços urbanos dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, observamos que para a elaboração de um produto turístico em conformidade com as exigências imediatas do mercado, o modelo turístico-urbanístico geralmente adotado nesses espaços privilegia o turista, o visitante que paga para consumir o “espaço vendido”, isto é, o destino turístico.

Assim, contrariamente às recomendações sugeridas por vários estudiosos que analisam os

princípios que, em tese, devem nortear a produção do espaço turístico, o espaço vivo, real, construído socialmente, que emerge em função da conjugação de interesses e conflitos diversos, isto é, a urbanização turística verificada em muitas áreas periféricas, é produzida segundo outra lógica que atende preferencialmente aos interesses imediatos dos principais agentes produtores desse espaço (o poder público, empresários do segmento turístico e do setor imobiliário).

O crescimento da atividade turística tem provocado a refuncionalização de muitas áreas e imprimindo novas formas-conteúdos aos destinos turísticos. A compreensão da racionalidade manifestada nesses novos espaços, cuja produção é induzida pela atividade turística, constitui um desafio para os estudiosos preocupados em compreender a redefinição da dinâmica sócioespacial emergente no contexto da acumulação flexível.

A principal questão que procuraremos responder ao longo deste artigo é: qual a racionalidade manifestada no espaço urbano produzido para desempenhar a função turística em áreas periféricas? Para desenvolvê-lo teremos como estudo de caso o processo de urbanização turística ocorrido em Natal/RN, a partir de 1980.

Esse questionamento nos remete a uma hipótese inicial, na qual consideramos que devido à necessidade de inserção mais rápida e efetiva de muitas áreas deprimidas no mercado global através da atividade turística, os agentes produtores desses espaços turísticos têm privilegiado o visitante, o turista, em detrimento do residente. Dessa forma, o objetivo desse artigo é mostrar como a racionalidade que permeia a distribuição dos objetos e as ações dos principais agentes produtores desse espaço imprime uma nova lógica ao espaço produzido para fins turísticos.

Com vistas a atingir o objetivo proposto para o presente trabalho, utilizaremos os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica sobre a produção do espaço turístico na área objeto da investigação, levantamento de dados em órgãos públicos e análise empírica.

A Urbanização Turística

Antes de discutirmos a urbanização turística propriamente dita, é importante analisarmos o que seja urbanização com base em diversos estudos realizados nos últimos anos por pesquisadores preocupados com a questão urbana.

Atualmente a urbanização ainda é conceituada de forma difusa, apresentando-se, muitas vezes, restrita e vaga. Dessa forma, para alguns estudiosos a urbanização é vista como o processo de concentração da população, considerando tanto o aumento do número de cidades em uma região ou país quanto o tamanho que cada centro urbano apresenta. Para outros, a urbanização se caracteriza como o processo de concentrações espaciais de população, tomando com referência os altos níveis de densidade.

Existem também aqueles que apresentam um conceito mais abrangente, levando em consideração o modo de vida das pessoas ou comportamento próprio das cidades. Há ainda aqueles que consideram a urbanização como o aumento da população urbana em detrimento da rural ou simplesmente o crescimento das cidades, tanto em relação a sua população quanto em relação a sua expansão urbana (COSTA, 2000).

Além desses diversos conceitos sobre urbanização, alguns autores ligados às áreas mais aplicadas do conhecimento, conceituam urbanização como o processo de implementação de infra-estrutura, equipamentos e serviços urbanos, importantes e fundamentais para a vida nas cidades, estando mais voltado para o espaço construído (SPOSITO, 1991).

Tais concepções expressam várias facetas do conceito de urbanização. No presente estudo o referido conceito é compreendido como a proporção da população concentrada em áreas urbanas, considerando-se o processo de expansão ou reprodução do espaço urbano com relação à infra-estrutura, aos equipamentos e os serviços coletivos que foram ou estão que foram ou estão sendo empreendidos. Dessa forma, a urbanização é entendida como processo social que abrange relações

sociais, econômicas, políticas e ideológicas, se constituindo num processo dinâmico e histórico inerente a cada sociedade urbana (COSTA, 2000).

É importante destacar que essas relações não se dão de forma separada e que a urbanização e desenvolvimento econômico estão intimamente inter-relacionados, pois é na cidade onde as economias de escala e aglomeração operam no sentido de oferecer à este processo de desenvolvimento maior amplitude e eficácia; é na cidade que são geradas as mais importantes mudanças econômicas, políticas e sociais; é na cidade que se produzem os mais variados tipos de produtos e é também na cidade onde ocorrem as maiores desigualdades sociais e econômicas.

Nesse contexto, o processo de urbanização vem a ser, em última instância, o processo pelo qual se dá a crescente socialização das condições gerais da produção capitalista, sendo a cidade o *locus* de materialização desse processo.

Com base nas análises acima elencadas, percebemos que a atividade turística no Brasil, sem dúvida, tem desencadeado um significativo processo de urbanização que, por sua vez, assume um caráter diverso daquela verificada segundo a lógica da produção, conforme discute Mullins (1991). De modo geral, a urbanização turística está vinculada ao lazer e, portanto, é de natureza diferenciada, apesar de verificarmos alguns processos espaciais bastante similares. Conforme assinala Clave (1998, p. 28) “urbanização turística tende a responder a uma prática urbana singular, funcionalmente e estruturalmente diferenciada da cidade convencional”.

No Nordeste brasileiro as políticas públicas de turismo vêm desencadeando a urbanização turística em várias porções de sua faixa litorânea. Cruz (2000) observa que nessa região a atividade turística tem promovido dois processos inter-relacionados: a “urbanização turística dos lugares” através da implantação de fixos diretamente relacionados à atividade turística e necessários para a requalificação do lugar e a “urbanização para o turismo”, que diz respeito à implantação de uma infra-estrutura de suporte, indiretamente vinculada à atividade.

Analisando o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE), essa autora afirma que o programa “urbaniza, mas não turistifica. É uma política urbana que faz às vezes de uma política de turismo” (Ibid., p. 142), isto é, procura sanar as lacunas de uma política urbana ineficiente e precária.

É justamente na magnitude dos problemas urbanos encontrados no Nordeste brasileiro, decorrentes da ineficácia das políticas públicas, que encontramos algumas respostas para as características assumidas pelo processo de urbanização turística ocorrido na região.

O Nordeste brasileiro caracteriza-se por ser uma região economicamente periférica e por apresentar enormes problemas urbanos. Na tentativa de impulsionar a economia dessa área deprimida e propiciar novas formas de inserção da economia regional no contexto da economia global, o poder público, em suas diversas esferas (local, estadual e nacional), vem desenvolvendo políticas públicas para promover o crescimento da atividade turística na região.

Assim, através dessas políticas de turismo, que às vezes se confundem com as políticas urbanas, conforme aponta Cruz (2000), o poder público tem atuado no sentido de procurar minimizar os problemas urbanos de modo a possibilitar melhores condições para o desenvolvimento mais satisfatório dessa atividade e a inserção de modo mais competitivo do destino turístico no mercado nacional e internacional.

No Rio Grande do Norte a expansão da atividade turística foi resultado da implantação de algumas políticas públicas de turismo implementadas especialmente pelo governo estadual em parceria com os municípios. Dentre essas se destacam o Parque das Dunas / Via Costeira (PD/VC), nos anos de 1980, e o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Rio Grande do Norte (PRODETUR/RN), nos anos de 1990.

Esses dois programas desencadearam processos espaciais que resultaram na expansão urbana em direção à Zona Sul (englobando os bairros de Lagoa Nova, Nova Descoberta, Candelária, Capim Macio, Pitimbu, Neópolis e Ponta Negra) da cidade de Natal e ampla valorização fundiária dessa área,

especialmente nos bairros de Candelária, Lagoa Nova, Capim Macio e Ponta Negra, sendo que este último caracteriza-se por ser a principal zona turística da cidade. No ano de 2002, a Prefeitura Municipal do Natal aprovou 196 habite-se para uso residencial e desse total aproximadamente 63% das construções situavam-se na Zona Sul da cidade, conforme estudo desenvolvido por Fonseca (2004).

Considerando-se a dimensão dos problemas urbanos encontrados em Natal, dentre os quais se destaca a precariedade da infra-estrutura básica, a estratégia adotada para a promoção da atividade turística local foi selecionar uma área da cidade provida de atributos naturais – Ponta Negra e seu entorno –, que constituem atrativos turísticos bastante valorizados, e os agentes produtores do espaço promoveram investimentos com o objetivo de requalificá-la para o exercício da função turística.

Dessa forma, verifica-se um processo de urbanização decorrente da refuncionalização turística do lugar e, conforme Lopes Junior (2000, p. 48-49), esta urbanização “é o resultado da entrada de Natal no mercado de paisagens turísticas. Ela se traduz na emergência de uma reorganização espacial da cidade, orientada para a produção de lugares de consumo e o consumo de lugares, voltados para o prazer”.

Esse espaço urbano passa a ser produzido para o consumo turístico, cuja finalidade é satisfazer as necessidades e desejos dos visitantes e, dessa forma, viabilizar a expansão de uma economia baseada no turismo. É com esse intuito que os agentes produtores do espaço têm promovido a urbanização turística na cidade de Natal/RN.

Os Principais Agentes Produtores da Urbanização Turística

Nesse item destacaremos os papéis desempenhados por alguns dos principais agentes promotores do processo de urbanização turística que vem ocorrendo em Natal: o poder público, os produtores imobiliários e os empresários do setor turístico.

Não podemos dissociar o processo de urbanização da produção do espaço urbano, pois qualquer ação dos agentes sociais nesse espaço se constitui num processo de urbanização da cidade, seja através do processo de expansão urbana, seja através de ações de melhorias em infra-estrutura etc.

Por sua vez, o espaço está associado, segundo Corrêa (1995, p. 15) “a diferentes escalas, global, continental, regional, da cidade, do bairro, da rua, da casa e de um cômodo no seu interior”, ou seja, a sociedade se urbaniza construindo o seu próprio espaço, podendo ser de forma restrita ou de forma ampla, dependendo do nível de escala em que esse espaço tenha sido produzido.

O espaço constitui a base da vida social, não podendo ser considerado como algo banal ou comparado a um produto qualquer. O espaço, como produto social, apresenta as características da sociedade em que o mesmo está inserido e, por outro lado, suas características também determinam certas condições para a ação do grupo social, ou seja, ele se constitui um reflexo e condicionante da sociedade, conforme aponta Santos (1986). Dada a importância assumida pelo espaço para a vida social, Lefebvre (1976, p.30) afirma que “o espaço é o ‘locus’ da reprodução das relações sociais de produção” (LEFEBVRE, 1976, p. 30).

Sendo um reflexo da sociedade, o espaço urbano se caracteriza pela dinamicidade e pelas transformações existentes no seu interior. Essa dinâmica é explicada pela redistribuição de uso de áreas já ocupadas, levando a um deslocamento de atividades e/ ou dos habitantes e também uma valorização do solo.

A partir dessas breves considerações sobre o conceito de espaço, e, por efeito, do espaço urbano, tentaremos analisar sucintamente os papéis desempenhados pelos principais agentes produtores do espaço urbano e da urbanização e as características que cada um apresenta.

Existem inúmeros estudiosos que se dedicam em analisar o espaço urbano. Dentre as contribuições, algumas são bastante elucidativas a respeito do papel desses agentes no processo de produção do espaço da cidade. Através do agrupamento dos diferentes agentes envolvidos nesse processo de produção do espaço urbano e da urbanização, destacaremos aqueles que efetivamente atuam no processo de urbanização turística.

Entre esses principais agentes que agem no sentido de produzir o espaço urbano voltado para os

interesses das atividades turísticas e, com efeito, para os seus próprios interesses, podemos destacar: o poder público; os produtores imobiliários e os empresários do setor turístico.

– *O poder público* – esse agente exerce um papel de extrema importância na produção do espaço urbano, na medida em que sua ação define a concepção da forma de produção desse espaço e, por efeito, da urbanização. Assim sendo, o poder público exerce um duplo papel de agente mediador no processo de gestão do solo urbano, pois, por um lado, exerce a função de gestor de infra-estrutura e de promotor imobiliário e, por outro, é mediador dos conflitos que por ventura possa existir entre os diversos agentes (HARVEY, 1980).

Como promotor imobiliário, o Estado age em parceria com outros agentes sociais como forma de atender o interesse de ambos. Assim, o poder público é o principal responsável e estimulador dos lucros dos produtores imobiliários através da implantação de infra-estrutura, de acessibilidade, melhorias viárias, serviços coletivos etc., em locais onde os promotores necessitam implantar os seus empreendimentos o que vai gerar uma valorização da área e se refletir no aumento do lucro desses últimos, mostrando claramente a vinculação entre o Estado e esses agentes sociais.

Por sua vez, o Estado também sai ganhando, pois passa a auferir lucros através da cobrança de tributos bem como com a circulação de capital que essas ações vão provocar no espaço urbano, agora mais urbanizado.

O poder público (estadual e municipal) constitui um agente primordial na produção do espaço turístico potiguar, elegendo a cidade de Natal como centro de comando da atividade. O governo estadual atua como idealizador das políticas de turismo e ainda financia, implementa e define um marco regulatório para a expansão dessa atividade no Estado. Com efeito, a atividade turística é tida pelo poder público estadual como uma das opções pela qual o Rio Grande do Norte pode se inserir na economia nacional e global e suas ações visam proporcionar a expansão da economia estadual tendo o turismo como uma dessas frentes. A implementação do PD/VC, que constitui um eixo viário estruturante ligando a praia de Ponta Negra à praia de Areia Preta, objetivou a implantação de infra-estrutura hoteleira e definiu o eixo da expansão para a urbanização turística em direção à Zona Sul de Natal. Posteriormente, a implantação do PRODETUR/RN consolidou a referida expansão, através da implantação de infra-estrutura básica, tais como, saneamento e iluminação, além da implantação de outros equipamentos urbanos, contribuindo ainda mais para a valorização do solo. O poder público local, por sua vez, define no Plano Diretor da cidade Zonas Especiais de Interesse Turístico, garantindo a disponibilidade de áreas para a expansão da atividade. Com tais ações, o poder público procura criar de um ambiente mais competitivo para a atividade e atrair investimentos privados e turistas.

– *Os produtores imobiliários* – esses agentes exercem papel amplo no processo de produção do espaço urbano, pois são eles que produzem e fazem circular as mercadorias imobiliárias, ou seja, os bens imóveis. Enquanto agentes produtores do espaço urbano possuem diferentes atribuições, atuando enquanto promotores, construtores, corretores e financiadores imobiliários. É importante salientar que esses agentes, muitas vezes, exercem diversos papéis ao mesmo tempo, como forma de monopolizar as ações imobiliárias e poder concentrar maiores lucros no processo de produção do espaço urbano. Assim, muitas vezes, um construtor exerce o papel de incorporador ou promotor imobiliário, como também financia a forma de comercialização do bem imóvel.

Dessa forma, os incorporadores correspondem a um tipo de promotor imobiliário. São eles que incorporam, que, na realidade, promovem o empreendimento. São agentes que compram adquirem o terreno e estabelecem um programa para a sua utilização. Eles não constroem, não especulam necessariamente com o preço do terreno, mas comandam a transformação do espaço urbano, elaborando projetos e articulando com os agentes que deverão realizá-los (COSTA, 2000).

As construtoras, por sua vez, como promotores imobiliários são responsáveis pela produção das construções e pelos melhoramentos que permitem a utilização do espaço urbano. Dessa forma, desempenham o papel da construção de acordo com as normas estabelecidas pelo incorporador, pois este é quem contrata o construtor para a produção dos bens imóveis.

Os corretores são considerados também como promotores imobiliários, pois na medida em que

atuam como coordenadores do mercado de imóveis estabelecem uma concorrência entre si e, com base no volume de negócios realizados obtém a sua parcela de lucro. Dessa forma, são os agentes que transacionam a comercialização do imóvel entre os incorporadores e o comprador, exercendo o papel de intermediário no processo das transações (COSTA, 2000).

Essa ação dos produtores imobiliários em Natal se faz sentir de forma bastante clara praticamente em toda a cidade, mas com maior evidência nas áreas mais valorizadas, principalmente aquelas onde a atividade turística se constitui num atrativo para os visitantes, tendo como *locus* o bairro de Ponta Negra no qual vem ocorrendo nos últimos anos um processo de produção do espaço urbano voltado para os interesses dos segmentos turísticos, em detrimento dos interesses da população residente.

Os empresários do setor imobiliário representam um dos segmentos que foram impulsionados com a expansão do turismo local, uma vez que, conforme apontamos acima, a urbanização turística desencadeia intenso processo de produção imobiliária e de valorização fundiária em direção à Zona Sul da cidade. A ampla procura por imóveis em Ponta Negra e seu entorno fez com que os produtores imobiliários pressionassem o poder público municipal para alterar as diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor, redefinindo as normas que estabeleciam o uso e ocupação do solo na zona turística para atender os interesses desse segmento. Atualmente verifica-se intensa verticalização em áreas mais recuadas da praia de Ponta Negra. Já no outro extremo do PD/VC, em Areia Preta, a pressão dos empresários do setor imobiliário conseguiu fazer aprovar a verticalização em áreas defrontantes ao mar. O trabalho desenvolvido por Fonseca; Ferreira; Petit (2002) também mostra a vinculação do PRODETUR/RN à especulação imobiliária verificada em município vizinho a Natal, em Parnamirim.

– *Os empresários do setor turístico* – tal como os demais agentes aqui arrolados, estes atuam no espaço urbano com a finalidade de auferir benefícios cada vez maiores. Os empresários atuantes no segmento propriamente turístico são importantes agentes produtores do espaço, na medida em que se organizam para propor e cobrar melhorias para a área que constitui o principal espaço produtivo da atividade turística potiguar, isto é, Ponta Negra e seu entorno. Argumentando a importância estratégica da atividade para a geração de empregos e a dinamização de outros segmentos da economia local, os empresários têm conseguido proporcionar melhorias dos serviços urbanos e sensibilizado o poder público para a necessidade de investimentos nas localidades onde se encontram os empreendimentos turísticos. Assim, conseguem promover certos benefícios para a área, minimizando os problemas advindos com a precariedade dos equipamentos e serviços urbanos e que são incompatíveis com o desenvolvimento satisfatório do turismo.

Mostramos acima a importância desses agentes na promoção da urbanização turística em Natal, procurando evidenciar como cada um desses agentes tem interesses econômicos na expansão da atividade turística e age no sentido de proporcionar, cada vez mais, a valorização desse espaço urbano, diferenciando-o nitidamente dos outros espaços que formam a malha urbana de Natal, através de sua valorização e requalificação. A seguir procuraremos desvendar a estratégia utilizada na produção do espaço turístico em uma cidade economicamente periférica, como é o caso de Natal.

A racionalidade da urbanização turística periférica

O processo de urbanização turística que vem ocorrendo em Natal tem se apresentado de forma excludente, pois é pensado para atender as necessidades da atividade turística, em geral, e do visitante, em particular. Na construção desse espaço – particularmente o bairro de Ponta Negra – o residente é considerado em um plano secundário, de modo que este se identifica cada vez menos com a zona propriamente turística da cidade.

Na medida em que o turismo ganha expressão localmente, vai se evidenciando um processo de territorialização no qual podemos identificar basicamente dois grupos: os residentes e os turistas. Podemos constatar ainda um processo de urbanização diferenciado. Apesar da urbanização da Zona Sul da cidade ter sido induzida pelo turismo, verifica-se que esta urbanização se diferencia internamente, pois

o espaço produtivo da atividade turística - concentrado em Ponta Negra -, e o seu entorno tem sido ocupado por pessoas procedentes de outras localidades do país e do exterior, enquanto que os demais bairros da Zona Sul têm sido preferencialmente ocupados por pessoas próprias de Natal ou do Rio Grande do Norte. Conforme Gomes (2002), as particularidades e identidade de cada grupo se expressam no território, na medida em que, conforme suas palavras “a exclusão social deixa apenas de ser um estatuto abstrato; ela ganha a forma de um território” (p. 15). Essa territorialização desencadeada pela atividade turística se manifesta de diversas formas, através da:

. *Refuncionalização do espaço* – a primeira segregação sócioespacial ocorrida está relacionada com a substituição da atividade pesqueira pela turística. Conjuntamente com esse processo os pescadores e suas famílias vão paulatinamente vendendo suas propriedades na Vila de Ponta Negra para pessoas com nível sócioeconômico superiores, e, em geral, procedentes de outras localidades do país e do exterior (europeus).

. *Produção imobiliária* – com a chegada dos turistas estrangeiros, especialmente a partir da implantação do PRODETUR/RN, o bairro de Ponta Negra conhece um “boom” imobiliário e uma acentuada valorização fundiária. Essa valorização da área tem praticamente inviabilizado ao natalense da classe média a possibilidade de comprar imóveis nesta localidade. O alvo preferencial dos produtores imobiliários têm sido os turistas europeus que, cada vez mais, investem no segmento turístico e imobiliário, conforme aponta Fonseca (2004).

. *Privatização do espaço público* – o modelo turístico-urbanístico que está subjacente na construção do PD/VC pouco contempla o cidadão natalense, uma vez que as praias locais são de difícil acesso para os residentes. Os hotéis dispostos ao longo da Via Costeira praticamente privatizam, de forma velada, as praias para seus hóspedes que têm toda tranquilidade para desfrutar das amenidades situadas no entorno dos hotéis.

. *Degradação sócioespacial* – os problemas de ordem ambiental também contribuíram para o afastamento do residente da praia de Ponta Negra, anteriormente uma das áreas de lazer mais apreciada pelo natalense. Com o crescimento do fluxo de turista e do processo de urbanização vários problemas sócioespaciais foram acentuados e tem afastado o residente dessa praia. Dentre esses, podemos citar: prostituição, tráfego de drogas, vendedores ambulantes, o encarecimento dos serviços, a poluição da praia e insuficiência de áreas de estacionamento.

Evidentemente que a população local não está completamente excluída do processo de urbanização desencadeado pela atividade turística, uma vez que se insere enquanto mão-de-obra necessária para o funcionamento da atividade ou ainda utilizando-se da infra-estrutura implantada para viabilizar a expansão do turismo local (estradas, iluminação pública, aeroporto etc). Atua também como co-responsável desse processo, respaldando as ações do poder público. O que procuramos enfatizar é que o princípio de que o espaço deve ser pensado primeiramente para o residente e depois para o visitante, não está sendo plenamente contemplado na urbanização turística que vem ocorrendo em Natal.

Considerações finais

Conforme Santos (1999) existe uma racionalidade no espaço, manifestada nos objetos e nas ações, resultante de uma ordem abstrata. A racionalidade que identificamos no processo de urbanização turística que vem ocorrendo em Natal tem excluído o cidadão natalense. Cada vez mais, o morador se identifica menos com a porção da cidade territorializada pelo e para o turismo.

O modelo turístico-urbanístico idealizado pelos agentes produtores do espaço que atuam localmente nega o espaço para a população residente que sustenta, através de seus impostos, os investimentos nas melhorias dos serviços e infra-estrutura urbana local para viabilizar a atividade turística. Esse modelo de urbanização turística, desencadeado em áreas deprimidas, tem sido perverso, uma vez

que para sanar as deficiências dos serviços urbanos que são elementos importantes na composição do produto turístico, o poder público promove investimentos e contribui para a requalificação de áreas, nas quais a grande maioria dos cidadãos é excluída.

Assim, cada vez mais, vai se enfraquecendo a identidade do natalense com Ponta Negra, na medida em que esse espaço vai sendo apropriado pelo “outro”, pelo “*outside*”, originando uma nova dinâmica nesse espaço, cuja tônica é dada pelo turismo.

Bibliografia

- CLAVÉ, S. A. La urbanización turística: De la conquista del viaje a la reestructuración de la ciudad turística. In **Documents d’ Anàlisi Geogràfica**, 1998, p. 17 – 43.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de. Et al. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995.
- COSTA, A. A. **A verticalização e as transformações do espaço urbano de Natal/RN**. Tese (Doutorado). CCMN/UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.
- CRUZ, R.C. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.
- FERREIRA, A. L. **De la producción del espacio urbano e la creación de territorios em la ciudad: um estudio sobre la constitución de lo urbano em Natal/Brasil**. Tese (Doutorado). UB, Barcelona, 1996.
- FONSECA, M. A. P. **Políticas públicas, espaço e turismo**. Uma análise sobre a incidência espacial do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Rio Grande do Norte. Tese (Doutorado). IG/UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.
- _____. **Espaço, políticas de turismo e competitividade**. Natal: Edufrn, 2005.
- FONSECA, M.A.; FERREIRA, A. L. A; PETIT, A. C. Turismo, políticas públicas e produção imobiliária: novos caminhos da urbanização potiguar. In SOUZA, M. J. (Org.). **Políticas públicas e o lugar do turismo**. Brasília: UB/MMA, 2002. p. 123-136.
- GOMES, P. C. C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertand do Brasil, 2002.
- HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. Tradução de Aramando Corrêa da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980.
- LEFEBVRE, Henri. **Espacio y política**. Barcelona, Peninsula, 1976.
- LOPES JUNIOR, E. **A construção social da cidade do prazer: Natal**. Natal: EDUFRN, 2000.
- MULLINS, P. Tourism urbanization. In **International Journal of Urban and Regional Research**. v. 15, n. 3, set/1991, p.326 – 342.
- NEVEROVSKY, C. Ponta Negra: nova espacialização decorrente do desenvolvimento turístico da cidade do Natal/RN. In II Seminário Internacional “Visões Contemporâneas”, Rio de Janeiro, 2004, **Anais do Evento**, disponível CD-rom.
- PMN/SEMURB. **Uso e parcelamento do solo**. Natal, 2003.
- SÁNCHEZ, J. E. **Espacio, economia y sociedad**. Madri: Siglo Veintiuno Editores, 1991.
- SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. 3 ed. São Paulo: 1986.
- _____. **A natureza do espaço**. 3 ed, São Paulo: Hucitec, 1999.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O chão arranha o céu**. A lógica da reprodução monopolista da cidade Tese (Doutorado em Organização do Espaço) – USP/FFLCH, São Paulo, 1991.
- URRY, J. **O olhar do turista**. 2. ed. São Paulo: Nobel / Sesc, 1999.

Trabalho enviado em agosto de 2004

Trabalho aceito em dezembro de 2004